

AUDITORIA INTERNA. [PORTARIA MEC Nº 2.171, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Institui o Comitê Técnico das Auditorias Internas dos entes vinculados ao Ministério da Educação – MEC, com a finalidade de integrar as unidades de auditoria interna e aperfeiçoar tecnicamente as atividades de auditoria e de controle, com foco na melhoria contínua da gestão e dos resultados.

CORREIÇÃO e TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. [INSTRUÇÃO NORMATIVA CRG/CGU Nº 17, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Disciplina no âmbito do Poder Executivo Federal a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo.

CORREIÇÃO e CONTABILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS. [PORTARIA CRG/CGU Nº 4.104, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Dispõe sobre a sistemática de quantificação e registro dos benefícios decorrentes das atividades correcionais, executadas pela Corregedoria-Geral da União.

CORREIÇÃO e RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. [PORTARIA CRG/CGU Nº 4.097, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Orienta a adoção de juízo de admissibilidade nos casos de suposta irregularidade em assunção de obrigações emergentes, excepcionais e sem cobertura contratual no âmbito do Poder Executivo Federal.

CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS. [INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 103, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Define procedimentos para planejamento e gerenciamento das contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações, e diretrizes para contratações compartilhadas, no âmbito das unidades do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS. [PORTARIA MS Nº 3.642, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Institui as diretrizes para implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas no âmbito do Ministério da Saúde e dispõe sobre os critérios para concessão de afastamentos e licenças para ações de desenvolvimento.

GESTÃO DO CONHECIMENTO. [PORTARIA FUNASA Nº 9.731, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Institui o Repositório do Conhecimento da Fundação Nacional de Saúde (RC Funasa), estabelece sua política de governança e institui o Comitê Gestor do RC Funasa (CGRCF) para exercer a gestão administrativa e operacional da ferramenta tecnológica do repositório digital (Dspace).

CONSELHOS PROFISSIONAIS e GESTÃO DE RISCOS. [RESOLUÇÃO CRC-MT Nº 472, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Institui a Política de Gestão de Riscos do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso e [RESOLUÇÃO CRC/PE Nº 372, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Institui a Política de Gestão de Riscos do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco.

CONSELHOS PROFISSIONAIS e INTEGRIDADE. [RESOLUÇÃO CRC-MT Nº 474, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.](#) Institui o Plano de Integridade do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso.

Julgados

CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL e VÍNCULO EMPREGATÍCIO. [ACÓRDÃO Nº 3129/2019 – TCU – Plenário.](#)

1.7.1. determinar (...) que, em suas licitações com a utilização de recursos federais, abstenha-se de exigir a comprovação de vínculo empregatício entre os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica e a empresa licitante por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada na fase de habilitação, tendo em vista que extrapola as exigências de qualificação técnica definidas no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e contraria a jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 1.447/2015 – Plenário (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 872/2016 – Plenário (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa), 1.988/2016 – Plenário (relator Ministro Augusto Nardes), 2.835/2016 – Plenário (relator Ministro Benjamin Zymler) e 529/2018 – Plenário (relator Ministro Bruno Dantas);

Notícias, Artigos, Atos e Eventos

GOVERNANÇA e GESTÃO DE RISCOS. [Governança pública e avaliação do grau de riscos pelos gestores a partir da estrutura do COSO na UFSM.](#)

CONTRATAÇÕES DE TIC. Acordo com a Oracle deve reduzir em mais de 30% os gastos do governo com fabricantes de TI.

LINDB. O compliance; a gestão pública do Estado do Paraná e seu enquadramento no artigo 20 da LINDB.

CORREIÇÃO e TRANSAÇÃO. (im)possibilidade de negociação processual atípica nos processos administrativos disciplinares: uma análise da possível mitigação do poder de império a partir da atuação correcional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)/Regional Pernambuco.

INTEGRIDADE e COMPRAS PÚBLICAS. Fomento à integridade: o compliance como exigência nas contratações públicas.

Compartilhe isso:



Curtir isso:



Seja o primeiro a curtir este post.

Relacionado

Ementário de Gestão Pública nº 2.322
Normativos PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO e ALIENAÇÃO. INSTRUÇÃO NORMATIVA SPU/ME Nº 205, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019. Estabelece 24/10/2019
Em "Boletim"

Ementário de Gestão Pública nº 2.250
Normativos LEI ORÇAMENTÁRIA. LEI Nº 13.808, DE 15 DE JANEIRO DE 2019. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019. 18/01/2019
Em "Boletim"

Ementário de Gestão Pública nº 2.289
Normativos GESTÃO DE RISCOS. PORTARIA MDH Nº 1.217, DE 3 DE JUNHO DE 2019. Institui a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do Ministério 10/06/2019
Em "Boletim"

BUSCA NOS BOLETINS (2005 EM DIANTE)

<input type="text" value="Pesquisa personalizada"/>	<input type="text"/>
---	----------------------



Ementário de ...
4.2 mil curtidas

Curtir Página

Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

PARCEIROS DO EGP



UNAMEC





GIOVANNA GRAZZIOTIN ARQUITETURA



POSTS RECENTES

Ementário de Gestão Pública nº 2.340

Ementário de Gestão Pública nº 2.339

Ementário de Gestão Pública nº 2.338

Ementário de Gestão Pública nº 2.337

Ementário de Gestão Pública nº 2.336



Copyright © 2019 Ementário de Gestão Pública – Tema OnePress por FameThemes